

## Pregão Eletrônico

### Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A.  
- PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA.

Pregão Eletrônico n. 108/2018

CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA., sediada na Rua Bernardino de Campos n. 98, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.308.141/0001-76, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no Item 8.1.1 do Edital combinado com o artigo 4º, Inciso XVIII da Lei n. 10.520/2002 e artigo 26 do Decreto n. 5.450/2005, apresentar as presentes:

#### RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO MEMORIAIS

em vista as ilegalidades constantes no processo de licitação promovida na modalidade de Pregão Eletrônico n. 108/2018, deflagrado pela EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA, pelos motivos de fato e de direito a seguir narrados:

##### I - DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

1. Preliminarmente, cumpre esclarecer o teor do art. 109, inciso I, letras "a" e "b" e §2º, da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

(...)

§2º. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos" (g.n.).

2. Portanto, a Recorrente requer a aplicação do efeito suspensivo ao presente recurso, considerando a disposição contida no edital e na lei, os quais determinam a obrigatoriedade do efeito suspensivo ao recurso interposto contra a decisão de aceitação da documentação de homologação ou declaração de vencedora do certame, o que espera ser acatado por V.Sa..

##### II - DA TEMPESTIVIDADE

3. Estabelece o Item 15.3 do Instrumento Convocatório ao regulamentar hipóteses referente à interposição do Recurso Administrativo, in verbis:

"15.3. O recorrente deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema e enviá-lo para o email editais@ppsa.gov.br, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, também via sistema e pelo endereço de email citado acima, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses".

4. A disposição editalícia, em comento, guarda exata consonância com o disposto no artigo 4º, inciso XVIII da Lei n. 10.520/2002, litteris:

"(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (...)" (destaca-se)

5. Considerando-se a intenção de recorrer formulada pela Recorrente restou materializada aos 11 de junho de 2018, informando suas razões motivadamente, o trênis legal conferido Instrumento Convocatório e artigo 4º, inciso XVIII da Lei n. 10.520/2002, supra reproduzido, o termo final para apresentação desse arrazoado se escoará aos 14 de junho de 2018, quinta-feira.

6. Assim, o presente recurso mostra-se tempestivo.

##### III - EM PRELIMINAR DE MÉRITO

7. A Recorrente manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho do I. Pregoeiro, da equipe de apoio, e de todo o corpo de servidores desta LICITANTE.

8. Os atos deflagrados no presente recurso administrativo, referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações, da Lei do Pregão e seus decretos em relação ao procedimento licitatório em exame.

9. Não afeta, em nada, o respeito da Recorrente pela Instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

10. No mais, a Recorrente afirma seu total interesse e disposição em vir a prestar serviços a este Órgão, que no Item 19.1 a 19.2, das Considerações Finais, do Edital Convocatório, cuidou-se:

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

436  
11



19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os Interesses da PPSA, bem como à finalidade e à segurança da contratação.

19.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive junto a "sites" de consulta pública, na internet, bem como nos arquivos da própria PPSA.

19.3. A PPSA poderá revogar a licitação por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e a anulará por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. Nenhuma indenização será devida aos licitantes na hipótese de desfazimento do processo licitatório. (grifos nosso)

11. Consigna-se o que consta no Código de Ética, da I. PPSA, enquanto Relacionamento Externo, no tocante, a não favorecer um fornecedor em detrimento de outros, ou seja, acreditamos que tal condição, é justamente para dar ampla isonomia e competitividade nos seus processos administrativos de contratação:

Relacionamento Externo Contratação Conduta esperada do contratado e colaborador

Para a execução do seu objeto social a PPSA contratará bens e serviços, respeitada a legislação vigente, além das boas práticas de controle, transparência e sustentabilidade do Governo Federal. A PPSA somente utiliza contratados que estejam em estrita conformidade com as exigências legais. Contratado

✓ Observar as diretrizes e normas deste Código, estando obrigados ao seu estrito cumprimento na relação com a PPSA;

✓ Obedecer aos dispositivos específicos contidos nos instrumentos contratuais que dão ciência de sua responsabilidade quanto à observância a este Código;

Colaborador

✓ Não favorecer um fornecedor em detrimento de outros

12. Desta feita, deflagra-se erro crasso e ilegalidade do Pregão Eletrônico nº 108/2018 ora promovido, no tocante a conferência da existência de exigência restritiva e que fere de morte a lisura e os mais coradinhos princípios da contratação administrativa. Eis o breve relato do feito.

#### IV – DO HISTÓRICO, DA RESTRIÇÃO A COMPETITIVIDADE

13. A I. PPSA promoveu certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência – Anexo I.

14. Ocorre que, em que pese o devido respeito aos atos administrativos proferidos nos autos deste processo licitatório, insurge-se esta Recorrente, quanto à ilegalidade trazida no item 13.3 do instrumento convocatório (o Edital), que trata em específico, da exigência da habilitação técnica, e como infelizmente esperado, feriu de morte a larga competitividade, a legalidade e o festejado Interesse público. Vejamos, que tal injusta condição privilegia e direciona a oportunidade somente para quem tenha atestados emitidos por empresas de Exploração e Produção de Petróleo, logo privilegiando um fornecedor em detrimento aos demais, segue a redação na íntegra:

(...)

##### 13.3.3. Relativa à Qualificação Técnica ;

a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação.

(...)

15. Feito tais digressões e anotações preliminares, no presente certame participaram um fecho de importantes empresas, no entanto, sem que pudesse haver a nítida e efetiva larga competitividade, pois conforme foi objeto de impugnação administrativa, a I. PPSA insistiu em conduzir o certame, com flagrante vício de ilegalidade, ao exigir que somente sagra-se à adjudicação empresas que apresentem atestados de capacidade técnica emitidos por empresas de Exploração e Produção de Petróleo, exigência absurda, imoral por não encontrar respaldo na legislação vigente.

16. Isso porque onde já se viu, um mercado de Petróleo, que é por demais monopolizado em nosso país, incentivar novas redes de monopólios nos fechos das contratações de serviços Um tremendo disparate, que se aceita e perpetuado, a I. PPSA somente contratará com fornecedores de tecnologia dos quais manteve ou mantém relação comercial.

17. Dito isso, conforme se depreende ainda em sede de esclarecimentos, foram encaminhados os seguintes questionamentos:

“Esclarecimento 25/05/2018 11:28:19

Pergunta nº 01: O referido edital tem como objeto "... a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência – Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital. " No seu item 13.3.3 exige para a qualificação técnica da empresa, a apresentação de "Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação." Considerando que os serviços descritos em IV- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (página 16 do termo de referência) e no item EXPERIÊNCIA DA EQUIPE (página 20 do termo de referência) não têm nenhuma especificidade com empresas de Exploração e Produção de Petróleo mas sim com atividades e perfis profissionais ligados a atividades de suporte a ativos computacionais que podem ser usados por qualquer tipo de indústria, entendemos que não é obrigatório a apresentação de atestados técnicos que especifiquem o tipo de empresa na qual foi prestado o serviço de Service Desk. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 02: A empresa XXXX, vem por meio deste solicitar medidas acerca do item 13.3.3 - Relativa à Qualificação Técnica" da linha "a" do referido edital, consoante às seguintes razões e fundamento: Ocorre que, no tópico "relativo à qualificação técnica", constante no edital de licitação, o item nº 13.3.3 da linha "a" solicita que o Atestado de Capacidade Técnica tenha "...na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo...". Com efeito, tal item restringe por demais a concorrência no processo licitatório em epígrafe, permitindo que apenas empresas que tenham prestado serviços de objeto semelhante, mas que em específico à empresas de ramo de igualdade ao da PPSA, o que caminha em sentido contrário a legislação de licitações, que preza pela ampla concorrência, quando condiciona a participação de empresas ao requisito de possuir tal nomenclatura conforme o objeto a ser licitado. Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, "a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do



objeto a ser executado." Entende-se como pertinente a observação aos órgãos de controle e, em especial, às súmulas do TCU demonstrando que não existem fundamentos que se sustentam no tocante a necessidade de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica mantendo a nomenclatura que "...em empresas de Exploração e Produção de Petróleo...", visto que fere o princípio da ampla concorrência. Nossa empresa possui uma série de atestados de capacidade técnica com objeto similar, complexidade e acordos de nível de serviços igual ou superior aos exigidos neste edital, sejam eles em âmbito nacional e com representatividade em todas as esferas governamentais. Por este efeito deve se comprovar a qualidade mínima na execução de atividade pertinente e similar ao objeto do edital e não se deve exigir às licitantes que tenham prestado serviços exatos e restrito apenas à prestação de serviços à empresas do mesmo ramo da CONTRATANTE. Entende-se que a exigência anfeixada na alínea "a" do item 13.3.3 do edital fere diretamente o critério da ampla concorrência e da isonomia entre as proponentes deste edital. Neste efeito solicita-se a retirada deste critério afim de ampliar a concorrência no certame o que certamente trará benefício de economicidade e eficiência para a PPSA. Pergunta nº 03: A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº 07.978.782/0001-87, sediada na Rua Emiliano Perneta, 0424, 13º Andar, situada na Cidade de Curitiba/PR. Interessada em participar do Pregão Eletrônico supracitado, vem por meio deste, tempestivamente, solicitar esclarecimentos oriundos do edital em epígrafe, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital. 13.3.3. Relativo à Qualificação Técnica: Alínea - "a" Onde se lê: Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação. Pergunta: A comprovação de experiência em serviços de Service Desk, especificamente em "empresas de Exploração e Produção de Petróleo" é ilegal, restritiva e inibidora ao caráter competitivo da licitação, redundando em violação ao disposto no § 5º do art. 30 Lei nº 8.666/1993. Vejamos: "Art. 30 (...) § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação." Deve-se ter em mente que o Tribunal de Contas da União tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade." Acórdão 1.140/2005-Plenário. Desta forma, entendemos que a empresa que apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica com experiência comprovada em Serviços de Service Desk fornecidos por outras empresas, de direito público ou privado serão considerados válidos, pois se trata de serviços similares em Infraestruturas de HW e SW similares. Nosso entendimento está correto? Pergunta nº 04: Excelentíssimo pregoeiro, boa tarde. Conforme o item VIII e item 13.3.3 do edital supracitado, gostaríamos do seguinte esclarecimento: "VIII- HABILITAÇÃO DO PROPONENTE CONTRATADA: A CONTRATADA deverá ter experiência na prestação de serviços de Service Desk em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, que deverá ser comprovado através de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para qual a CONTRATADA preste ou tenha prestado serviços com características iguais ou superiores. Para comprovação de que a LICITANTE possui capacitação e experiência na execução de serviços correlatos aos do objeto desta termo de referência, a empresa deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, um ou mais Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a LICITANTE tenha executado serviços iguais ou semelhantes aos descritos neste termo de referência." "13.3.3. Relativo à Qualificação Técnica : a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação." Conforme os itens mencionados acima entendemos que a contratada deverá ter experiência na prestação de serviços de Service Desk em qualquer empresa de qualquer seguimento, não necessariamente em empresas de exploração e produção de petróleo. Está correto nosso entendimento? Nosso entendimento se dá com base na Lei 8666/93 artigo 30 inciso II."

No entanto, a I. PPSA simplesmente nega-se em cumprir com o dispositivo da lei, ou seja o artigo 30, inciso II, §5º da Lei nº 8.666/93, na parte que dita: § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. (grifo nosso), termos seguintes:

18. A I. PPSA, quer fazer sustentar a frágil tese que somente estarão aptas a execução dos serviços, licitantes que conheçam software de ambientes petrolíferos. Sem a intenção de sarcasmo, fato é que onde está escrito, por exemplo, no diploma de um profissional de tecnologia formado em análise, programação ou ciências da computação, que quando formado ele terá que fazer novos cursos ou especializações para desenvolver software de seguimento de petróleo? Admitir isso é o mesmo que consentir que tais softwares contêm linguagem de programação adversa daquelas que um profissional de tecnologia não tem acesso. Enfim, estão sugerindo criar uma nova linguagem de programação?

19. Destaca-se que a Recorrente, conforme pode ser conferido no portal de transparência do governo federal é empresa que executa serviços de suporte em software em diversos seguimentos da Administração, inclusive no seguimento de Instituições Financeiras, que seguem rígidos padrões internacionais e acordos da Basileia, e jamais viu tais Instituições autorizadas a exigir das suas licitantes, que conheçam profundamente e de forma peculiar sistemas financeiros específicos. Ou seja, do contrário, tais certames estariam eivados de vícios de direcionamento, não é mesmo. No mais, a espécie tratada enquanto objeto licitado, não guarda relação ao gênero atividade petrolífera, ou seja não cabendo ser relacionados para a exigência da capacidade técnica. Sendo portanto, ato indubitavelmente restritivo.

20. Enfim, mais uma vez, a I. PPSA de forma equivocada ou não, tenta inovar, professorando que por segurança de seus processos operacionais somente pode se servir de licitantes que com ela já mantem relação comercial, e enterra condições de larga competitividade e economicidade ao erário público.

21. Neste viés, com clareza vimos os efeitos de tal exigência, no breve histórico dos atos administrativos, retirados da Ata da Sessão Pública, e abaixo consignados:

Eventos do Item Evento Data Observações

Aberto 30/05/2018 10:14:23 Item aberto.

Iminência de Encerramento 30/05/2018

10:29:41 Batida iminente. Data/hora iminência: 30/05/2018 10:34:41.

Encerrado 30/05/2018 11:03:59 Item encerrado

Abertura do prazo de Convocação - Anexo 30/05/2018

11:12:16 Convocado para envio de anexo o fornecedor WARP SERVICOS DE ARQUIVOLOGIA E PROCESSAMENTO DE DADOS, CNPJ/CPF: 02.608.275/0001-38.

Encerramento do prazo de Convocação - Anexo 30/05/2018 13:02:45 Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor WARP SERVICOS DE ARQUIVOLOGIA E PROCESSAMENTO DE DADOS, CNPJ/CPF: 02.608.275/0001-38.

Recusa 01/06/2018 11:03:50

Recusa da proposta. Fornecedor: WARP SERVICOS DE ARQUIVOLOGIA E PROCESSAMENTO DE DADOS, CNPJ/CPF:

02.608.275/0001-38, pelo melhor lance de R\$ 998.999,0000. Motivo: Não atendeu ao item 13.3.3.a por não apresentar

Atestados/Declarações de Capacidade Técnica em nome da proponente, para serviços de Service Desk, em empresas de Exploração/Produção de Petróleo; e ao item 13.3.4.a por não apresentar o Patrimônio Líquido Superior a R\$ 350.000,00 no Balanço Patrimonial Recusa 01/06/2018

437  
M



11:05:50 Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRAL POINT COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 00.572.914/0001-27, pelo melhor lance de R\$ 1.000.000,00. Motivo: O licitante solicitou a sua desclassificação através de mensagem a PPSA "Sr. Pregoeiro, Vimos através desta solicitar nossa desclassificação, pois, com a recusa da impugnação não atenderemos ao item 13.3.3 (atestados) para que não possamos interromper o processo e dar mais celeridade ao mesmo". Abertura do prazo de Convocação - Anexo 01/06/2018 11:11:56 Convocado para envio de anexo o fornecedor PROATIVA SISTEMAS & SOLUCOES EM TI LTDA, CNPJ/CPF: 12.252.143/0001-70. Encerramento do prazo de Convocação - Anexo 01/06/2018 12:34:50 Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor PROATIVA SISTEMAS & SOLUCOES EM TI LTDA, CNPJ/CPF: 12.252.143/0001-70. Recusa 04/06/2018 11:05:02 Recusa da proposta. Fornecedor: PROATIVA SISTEMAS & SOLUCOES EM TI LTDA, CNPJ/CPF: 12.252.143/0001-70, pelo melhor lance de R\$ 1.308.500,00. Motivo: Não atendeu ao Item 13.3.3.a por não apresentar atestados/Declarações de Capacidade Técnica em nome da proponente, para serviços de Service Desk, em empresas de exploração/Produção de Petróleo. Abertura do prazo de Convocação - Anexo 04/06/2018 11:19:16 Convocado para envio de anexo o fornecedor PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 30.161.814/0001-79. Encerramento do prazo de Convocação - Anexo 04/06/2018 11:42:28 Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 30.161.814/0001-79. Aceite 11/06/2018 11:04:54 Aceite individual da proposta. Fornecedor: PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 30.161.814/0001-79, pelo melhor lance de R\$ 1.475.000,00. Habilitado 11/06/2018 11:05:32 Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA - CNPJ/CPF: 30.161.814/0001-79.

22. Nota-se a licitante habilitada no certame, ora Recorrida sagrou-se vencedora com oferta de lance de R\$475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil) aprox. a maior do que a primeira(1º) colocada e também aliada do certame, por supostamente não estar tecnicamente habilitada. Logo, nem de longe a Recorrida representa ser a melhor condição ao interesse público, somente porque cumpriu com o caráter da vinculação do edital com apresentação de atestado emitido pela empresa de petróleo.

23. Outra licitante, na égide de ser chamada, pede sua desistência, justamente por conta do item 13.3 do Edital.

24. Afirma-se indispensável ao cotejo do dano de tal conduta, se espelha não somente na economicidade, mas pela rasa razão de ser questão inadmissível e que contraria o Princípio da Legalidade e da Isonomia que rege os pilares do poder discricionário da Administração Pública.

25. Ressalte-se que a Administração não pode fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na licitação, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

26. Neste sentido, para não restringir de forma injustificada o ambiente de competidores, os Editais devem conter apenas as exigências indispensáveis à comprovação de que o licitante possui a qualificação técnica e econômica para executar o objeto licitado.

27. Corroborando com esse entendimento, nos ensina a melhor doutrina de Marçal Justen Filho, que muito podem contribuir para esclarecer a questão: "No tocante a habilitação é imperioso eleger o critério da "utilidade" ou "pertinência", vinculado ao princípio da proporcionalidade para elaboração dos editais. A insistência neste ponto nunca é demais. Tem de interpretar-se a Lei n.º 8.666/93 na acepção de que qualquer exigência, a ser inscrita no edital, tem de apresentar-se como necessária e útil para o caso concreto."

28. Isto posto, as condutas dos representantes do poder público na condução do procedimento licitatório em análise deve se subordinar as regras vinculantes previstas em lei e na Constituição Federal, a que se soma o exercício de escolhas discricionárias para a Administração Pública, cujo cotejo entre o edital e o direito pode conduzir à conclusão de existência de vício, seja quanto ao exercício de competência como de competência discricionária. Quanto a isso, aplicam-se os princípios norteadores da atividade administrativa, sujeitando-se às regras correspondentes, como qualquer ato administrativo.

29. Quer isto dizer: o comportamento na condução do certame dos membros da Comissão de Licitação deve-se, essencialmente, pautar-se pela estrita observância da Lei e do Edital, repudiando-se juízo de valor subjetivo, que é o caso da entrega de documentação estrangeira, sem a devida tradução!

30. Esse balizamento é estampado no artigo 3º, § 1º inciso I da Lei n.º 8.666/93 e alterações, reproduzido em parte o art. 37, caput do texto fundamental e, enuncia expressamente alguns princípios, bem como faz menção a outros correlatos, a saber:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

31. Do art. 37, "caput" da Constituição Federal emergem os princípios norteadores da atividade licitatória, dentre os quais o Princípio da Legalidade, da Igualdade e o Princípio da Competitividade, "in verbis":

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também, (...)" (grifa-se)

32. O artigo 59 da Lei nº 8.666/93 ilustra a questão de forma clara e demonstra a magnitude dos prejuízos que podem advir com a anulação a posteriori do certame, o qual se reproduz:

(...)  
Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.(...)

33. Na remota hipótese de perpetuação da a. r. dedção administrativa referente a classificação da Recorrida é manutenção de declaração de vencedora deste certame, o presente certame maculado por nulidade intransponível será anulado, operando seus efeitos ex tunc, o que certamente causará prejuízos financeiros a Administração Pública diante do inequívoco dispêndio de quantias relativas a reabertura de outro certame, onerando excessivamente os cofres públicos, em razão da nulidade ora denunciada.

34. Por todo o dito, nos termos do Instrumento Convocatório referente ao Pregão Eletrônico n. 108/2018 promovido pela I. PPSA, a fim obstaculizar a concretização de prejuízos maiores a Administração Pública imprescindível e que acarretará a desclassificação desta Recorrente, acaso seja chamada as demais etapas deste certame, sendo a reconsideração e suspensão do certame, questão da mais lídima JUSTIÇA!

V- PEDIDO

35. Por todo exposto, a Recorrente requer:

a) Seja recebido e processado o presente Recurso Administrativo no efeito suspensivo, nos exatos termos do § 2º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93, combinado com o disposto no artigo 26 do Decreto n. 5.450/2005;



b) Seja julgada totalmente procedente o presente Recurso Administrativo reformando a r. decisão de classificação da Recomendada PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, sobretudo, diante da ilegalidade da exigência previstas no Instrumento Convocatório, Item 13.3., do qual restringiu a competitividade e Isonomia dos licitantes.

c) E por fim, que o Pregão Eletrônico n. 108/2018, conforme preconiza o § 3º do artigo 51 da Lei n. 8.666/93, Seja prestigiado o Princípio da Publicidade dos atos administrativos, conferindo ciência à autoridade hierarquicamente superior ao 1. Pregoeiro e respectiva equipe de apoio.

Termos em que,  
pede deferimento.  
São Paulo, 13 de junho de 2018.

CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,  
Pedro Henrique Pereira- unidade governo

**Fechar**

438  
21



**» Pregão Eletrônico****\* Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 108/2018 - PRÉ-SAL PETRÓLEO, NO ESCRITÓRIO CENTRAL DA PPSA,

A PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÃO EM TI LTDA., ora RECORRENTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.252.143/0001-70, Inscrição Estadual nº 0443062-02, Inscrição municipal nº 425.033-8, estabelecida na Rua Ernesto de Paula Santos, nº 1172, sala 508 - Empresarial Nestor Rocha, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.021-330, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no artigo 4º da Lei 10.520/2002, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que desclassificou a RECORRENTE, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

A decisão foi proferida em ata datada de 04 de junho de 2018, começando a fluir o prazo para interposição dos recursos no dia 12/06/2018.

Assim sendo, o prazo recursal de 03 (três) dias previsto no edital, terá o seu último dia na data de 16 de Junho do corrente. Tempestivo, por conseguinte, é o presente.

**II - DOS FATOS SUBJACENTES****DO OBJETO DO PREGÃO**

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital.

Ora, o texto é bastante claro quanto à finalidade da contratação, e não requer qualquer interpretação por parte dos licitantes, mas tão somente a compreensão de que deverão estar aptos e qualificados para efetivar os serviços licitados.

Pois bem, o que ocorre é que os itens ora hostilizados pela Impugnante trazem exigências que quebram o caráter de isonomia do certame e impõe, por sua vez, dificuldades injustificadas e desnecessárias, especificamente no que diz respeito à em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, em decorrência deste Edital e o Termo de Referência (subitem 13.3.3.);

A RECORRENTE, foi desclassificada por esta dought Pregoeira sob a alegação de que:

Seus atestados de capacidade técnica não atendem ao item do edital:

**13.3.3. Relativo à Qualificação Técnica :**

a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação.

Exclusivamente ao trecho: "...em empresas de Exploração e Produção de Petróleo..." Tendo esses referidos atestados apresentados atendido plenamente os demais requisitos.

Ensejando assim um julgamento extremamente restritivo e desconsiderando os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Ocorre que, a decisão proferida no processo licitatório em epígrafe, deste renomado pregoeiro, não se mostra em consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

**III - DA JUSTIFICATIVA**

O Pregoeiro ao considerar a RECORRENTE desclassificada do certame, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

À Administração só é dado o direito de agir de acordo com o determinado pela lei. Este é o principal corolário do princípio da legalidade e "constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais" (Di Pietro, 1999, p.67)



Não lastreou a sua decisão com fulcro nos princípios básicos que norteiam os processos licitatórios, o da legalidade, o da razoabilidade, o da competitividade, o da vinculação ao instrumento convocatório, o da economicidade e o da obtenção da proposta mais vantajosa.

As razões da Comissão de Licitação estão completamente equivocadas, conforme explanadas em seguida.

1) Maculou o princípio da isonomia e competitividade quando não atendeu ao disposto no art. 30 da Lei 8.666/93:

A exigência, data vênua, deve ser decorrência de algum equívoco na hora da confecção do Edital, em especial porque tal item constitui uma reserva de mercado e, portanto, fato impeditivo à participação de várias empresas no procedimento licitatório, além de não guardar qualquer logicidade em relação ao próprio objeto do edital, e, nem tampouco, apresenta alicerce legal para ser exigido.

Conforme se depreende da leitura do item, trata-se de qualificação técnico-operacional, que segundo doutrina de Marçal Justen Filho, pode ser conceituada como sendo: "a comprovação documental da idoneidade técnica para execução do objeto do contrato licitado, mediante a demonstração de experiência anterior na execução de contrato similar e da disponibilidade do pessoal e dos equipamentos indispensáveis" (MARÇAL JUSTEN FILHO, Curso de Direito Administrativo, 4ª ed., Dialética, 2009, p. 399). Trata-se de requisito de habilitação na licitação.

O tema da qualificação técnica não é de fácil assimilação no direito positivo, em especial, por conta do teor do art. 30 da Lei 8.666/93. Trata-se da norma que impõe limites à exigência de documentação comprobatória da capacidade técnica dos licitantes, e isto, com plena autorização da Constituição Federal, que em seu artigo 37, inciso XXI, dispõe que:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Ao ponderar as questões jurídicas e técnicas envolvidas, tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm entendido que a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional conduz a uma reserva de mercado, o que violaria a razoabilidade e a proporcionalidade.

Em qualquer situação, a exigência de comprovação de qualificação mediante serviços anteriores deve ser ponderada e compatível (em natureza e extensão) com o objeto da licitação, sob pena de se tornar arbitrária.

A verificação dessa qualificação por meio de atestados de serviços anteriores conduz a um resultado artificial e, de certo modo, arbitrário. Sobre isto, confira-se trecho do voto do Conselheiro Cezar Miola, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro TP-0511/2009, do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul:

"Repiso que a exigência dessas certificações, do modo como usualmente se produzem e são formalmente requeridas, efetivamente afronta o princípio da proporcionalidade. E isso porque, no louvável intuito de obter melhores garantias de atingimento dos objetivos colimados pela Administração quando da execução de obras e serviços na área de engenharia, exige-se uma certificação não necessariamente eficaz - e, como antes se mencionou, nem sempre segura -, o que, reconhecidamente, acaba por restringir a competição, quando medidas outras de preservação do interesse público específico poderiam ser implementadas, com melhores resultados práticos, em benefício da sociedade.

Entre essas cautelas em prol do Erário, podem ser relacionadas uma correta análise da higidez financeira das empresas licitantes; a exigência de demonstração cabal da capacidade de mobilização em favor do empreendimento (recursos humanos, maquinário, infra-estrutura de apoio, instalações, etc.); a elaboração de termos contratuais com disposições claras, definição pormenorizada de direitos e obrigações recíprocos e previsão de efetiva imposição de penalidades por inadimplemento; e fiscalização atuante, com acompanhamento pari passu da execução das obras e serviços contratados."

Conforme se observa, segundo o entendimento do Tribunal, como a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional é indónea como instrumento de aferição da efetiva qualificação para a execução do contrato, acaba por se tornar um meio de restrição de acesso de novos agentes ao mercado de contratações públicas. Isso é explicado no trecho seguinte:

"Assim, o que se sustenta, em face das regras e princípios constitucionais, é a possibilidade de novas organizações também terem acesso às contratações públicas, observados, por lógico, critérios e garantias que preservem amplamente o interesse público.

Ou, dito de outro modo: não se pode admitir que a execução de obras públicas se transforme em "prerrogativa" exclusiva das empresas atualmente constituídas e já "qualificadas", num entendimento que leva a verdadeiro absurdo e também colide com os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da equidade (arts. 1º, IV, e 170, IV, da CR/1988), além daqueles já antes referidos.

Em suma: à luz da interpretação restritiva, quem não detém experiência/qualificação nunca a terá, porque absolutamente impedido de obtê-la. E, então, a concorrência se resumirá a um número restrito e privilegiado de concorrentes, com todas as limitações, riscos e possíveis ônus decorrentes. Será esta uma conclusão reducionista, literal, desproporcional, injusta e até perigosa. E, por tudo isso, inaceitável."

Resta evidente, da leitura do dispositivo, que é possível a exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional do licitante, ou seja, da existência, no quadro permanente da empresa, de profissionais que detenham experiência anterior na execução de contrato similar. Todavia, não fica explícita a possibilidade de exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional, vale dizer, da experiência anterior da própria empresa licitante.



A perplexidade deriva do veto presidencial ao conteúdo do inciso II, alíneas "a" e "b", do § 1º do aludido artigo. Tais alíneas é que dispunham sobre a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional. Em virtude do veto e para dar conta da realidade, coube à doutrina e à jurisprudência o entendimento de que a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional desapareceu, pois havia sido prevista exclusivamente no art. 30, § 1º, inciso II, bem como porque o § 5º, ainda do art. 30, veda a exigência de comprovação restritiva da participação no certame, não prevista na Lei 8.666.

Orá, o que está a se exigir cria uma reserva de mercado, conforme alinhavado nas razões acima e ainda, fere o artigo 37, Inciso XXI da Carta Magna.

A doutrina de Toshio Mukai, ensina que:

"o princípio da igualdade é o princípio fundamental da licitação, posto que oferece aos licitantes iguais oportunidades de vencer o certame. Observa-se que o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, ao contemplá-lo, diz que no processo de licitação pública deverá ser assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes. No caso, já do se entender concorrentes concretos e potenciais, eis que o princípio vigora já quando da elaboração do Edital; não pode o instrumento convocatório conter cláusulas discriminatórias.

O princípio da competitividade é um dos princípios fundamentais da licitação, é também conhecido como o princípio da oposição, é tão essencial à matéria que se num procedimento licitatório, por obra e conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, posto que esta é sinônimo de competição" (Curso avançado de Licitações e Contratos Públicos – pag. 08,09 – Ed. Juarez Oliveira – Ed. 2000).

No mesmo sentido, Marçal Justen Filho ensina que "respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo da licitação. Veda-se a cláusula que visa não a seleção da proposta mais vantajosa e sim a beneficiar alguns particulares" (comentários à lei de licitações e contratos. Pg. 78,79 – Ed. Dialética – Ed. 1999).

A Administração deve estabelecer regras que não causem prejuízo a ela própria e nem aos administrados, e ainda, regras que permitam a participação do maior número possível de concorrentes, pois só assim encontrar-se-á a proposta mais vantajosa.

Em sede jurisprudencial, não é outro o entendimento. Com toda veemência, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 423/2007, observou que exigências como a ora impugnada não têm amparo legal, além de constituir uma cláusula restritiva ao caráter competitivo das licitações, por não ser, em princípio, uma condição indispensável à garantia do cumprimento das obrigações advindas dos contratos a serem celebrados.

Assim, não pode a Administração Pública simplesmente ignorar o fato de que a empresa PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÃO EM TI LTDA desatendeu os critérios relativos a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, tão pouco declarar qualquer outro licitante vencedor.

A decisão de desclassificar a RECORRENTE não foi razoável. O princípio da razoabilidade, o qual é definido por Antonio José Calhau de Resende da seguinte forma:

"A razoabilidade é um conceito jurídico indeterminado, elástico e variável no tempo e no espaço. Consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato".

Pelo princípio da razoabilidade, a Administração, no uso da discricionariedade, deverá obedecer a critérios aceitáveis na prática de seus atos. A respeito dessa liberalidade do administrador público, assim expressa o prof. Celso Antônio:

"Não significa, como é evidente, que lhe seja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu ídolo, de seus humores, paixões pessoais, excentricidade ou critérios personalíssimos e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada" (Celso Antônio, 1998, p.66)

Ou seja, se um ato for praticado sem a devida prudência e sensatez necessárias ao administrador, aquele será perfeitamente inválidável, visto ser elidido de nulidade.

Diante do exposto, a RECORRENTE pleiteia que lhe seja reconhecida sua qualificação técnica.

É cediço que, foi demonstrado que a recorrente cumpriu com todas as exigências editalícias e que, o presente recurso tem fundamentação legal pertinente.

Se faz mister pontuar que, o objeto da licitação será custeado por recursos que são provenientes de uma verba Federal dessa forma, o douto Provedor não resguardou o dinheiro público, quando não considerou uma habilitação legítima de uma licitante com preço ofertado com menos valor a declarada como vencedora.

Cumprir ressaltar ainda que, sendo o fim da licitação a escolha da proposta mais vantajosa, deve o administrador cuidar coisa pública, não dispendendo, ao seu talante, recursos desnecessários. Relaciona-se com o princípio da moralidade bem como com o da eficiência, este inserido no texto constitucional pela Emenda n.º 19/98.

Marçal Justen Filho, no tocante ao princípio da economicidade assim afirma: "... Não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos". (Justen Filho, 1998, p.66)

A recorrente apresentou a sua proposta com o valor proposto de R\$1.308.499,80 (Um milhão trezentos e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos). E a empresa declarada vencedora com o valor de R\$ 1.475.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta e cinco mil reais). Uma diferença de R\$ 113.824,90 (cento e treze mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos). Ora, essa a diferença poderia ser de um real, e ainda assim a comissão de licitação não poderia agir de forma extrema e essencialmente formalista na análise da proposta de preço apresentada. Dessa forma, a proposta mais vantajosa e que atendeu a todos os requisitos do edital, é a da RECORRENTE.

#### IV – DO PEDIDO

Por fim, requer a RECORRENTE, que a Pregoeira acate os ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, e por conseguinte reconsidere a decisão proferida em fase de julgamento das propostas de preço, classificando a licitante PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA como vencedora do certame e caso não seja aceito que seja procedido o cancelamento do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 108/2018 por conter vício insanável.

Caso assim não entenda Vossa Senhoria, requer que seja deferida a remessa e o provimento deste recurso para a autoridade superior competente, nos termos do artigo 9º da Lei n.º 10520/02 c/c artigo 109, inciso III, §4º, da Lei n.º 8666/93, bem como com fundamento no princípio constitucional do Duplo Grau de Jurisdição.

Nestes Termos  
P. Deferimento

440  
M



Rio de Janeiro, 14 de Março de 2018.

PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÃO EM TI LTDA.  
CNPJ 12.219.143/0001-70

**Fechar**



## ➤ Pregão Eletrônico

### ▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### CONTRA RAZÃO :

ILMO. SR. PREGOEIRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE,PPSA, 108/2018 SERVICE DESK

PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA., já qualificada nos autos do procedimento licitatório retro mencionando, vem, tempestivamente, por seu representante legal, ao final assinado, com fulcro no Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/02, apresentar CONTRARRAZÕES aos Recursos Administrativos interpostos por PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA. e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., irrisignadas com a decisão que as desclassificou e habilitou e declarou a ora Impugnante vencedora do certame, aduzindo, para tanto, os seguintes argumentos de fato e de direito:

#### PRELIMINARMENTE

Inicialmente consigne-se que a alegação das Impugnadas de que a exigência constante do subitem 13.3.3 denominado "Qualificação Técnica" do Item 13 denominado "HABILITAÇÃO" consubstanciada na apresentação de um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto da licitação supostamente quebraria o caráter de isonomia e importaria dificuldades injustificadas e desnecessárias quanto a participação dos proponentes no certame violando os princípios da legalidade, competitividade revela-se extemporânea, vez que trata-se de matéria de Impugnação a Edital, motivo pelo qual deve ser rechaçada, valendo ressaltar que no momento oportuno as mesmas silenciaram-se quanto a tal questão.

#### NO MÉRITO

As Impugnadas foram desclassificadas corretamente do certame por terem deixado de apresentar atestados de capacidade técnica em consonância com a exigência constante no subitem 13.3.3 do Item 13 do Edital, sendo certo que o culto pregoeiro cumpriu fielmente a função de administrador público estando sua decisão respaldada pelos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e da Isonomia.

Pela análise dos recursos, ora combatidos, deflui-se nitidamente que as Impugnadas, indevidamente, pretendem discutir na presente fase do certame a legalidade da exigência constante do subitem flagrantemente desatendido pelas mesmas. Nada mais absurdo!!!

Ora, ambos os recursos devem ser indeferidos e julgados improcedentes, uma vez que a alegação das Impugnadas de que a exigência constante do subitem 13.3.3 denominado "Qualificação Técnica" do Item 13 denominado "HABILITAÇÃO" consubstanciada na apresentação de um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto da licitação supostamente quebraria o caráter de isonomia e importaria dificuldades injustificadas e desnecessárias quanto a participação dos proponentes no certame violando os princípios da legalidade, competitividade revela-se extemporânea, vez que trata-se de matéria de Impugnação a Edital, motivo pelo qual deve ser rechaçada, valendo ressaltar mais uma vez que no momento oportuno as mesmas ficaram-se inertes quanto a tal questão.

Mas certamente, o ponto nodal e principal motivo pelo qual ambos os recursos devem ser julgados improcedentes, reside no fato de que a exigência em tela, frise-se, desatendida pelas Impugnadas em suas propostas, encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no Item IV - Especificações do Objeto do Anexo I - Termo de Referência que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow".

Significa dizer que as Impugnadas deixaram de atender determinadas exigências imprescindíveis constantes do edital não dando a certeza nem tampouco a segurança necessária à PPSA de que o serviço será por elas executado satisfatoriamente.

De fato, pelo confronto do teor do Objeto (Item 2.1) do Edital com o Item 4 denominado "Especificações do Objeto" do Anexo I - Termo de Referência, bem como com o "Perfil Profissional" e o "Papel no Serviço" a ser executado pelo "Perfil 1 - Analista de Infraestrutura Sênior" e "Perfil 2 - Analista de Suporte Sênior" da "Equipe Técnica" e "Experiência de Equipe", do Item VIII denominado "HABILITAÇÃO DO PROPONENTE" do Anexo I - Termo de Referência, ora colacionados, deflui-se que a apresentação dos atestados de capacidade técnica exigidos nos moldes previstos no subitem 13.3.3 do Edital é imprescindível para aferir se os proponentes possuem qualificação técnica suficiente para executar satisfatoriamente os serviços licitados, cuja complexidade e especificidade encontram-se claramente detalhados nos referidos itens.

#### "EXPERIÊNCIA DA EQUIPE:

Conhecimento nos itens citados nesse termo (IV - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO);

A empresa deverá designar os membros da equipe técnica que desempenharão as funções diárias junto à Pré-Sal Petróleo, com apresentação dos respectivos diplomas, certificados, bem como currículos, constando dentre outras informações, nome, formação e nível acadêmico e atestados emitidos pelos contratantes de serviços realizados, relevantes ao escopo deste termo de



referência.

#### PERFIL 1 – ANALISTA DE INFRAESTRUTURA SÊNIOR

Papel no serviço:

- Gestão de sistemas operacionais Windows e Linux;
- Gestão de aplicativo Microsoft Office 2013/2016/Office 365;
- Geração e análise de relatórios;
- Análise de incidentes;
- Suporte presencial e/ou por telefone a Infraestrutura da Pré-sal Petróleo.
- Administração de Servidores Windows e Linux
- Administração das máquinas virtuais com o VMware vSphere
- Administração Servidor de Gerenciamento de Licenças usando o LMTTools
- Administração de Serviços: Active Directory, DNS, WSUS, DHCP, FTP, IIS, Group Policy Management, Event Viewer
- Gerenciamento do Storage Dell VNX
- Gerenciamento de servidor de antivírus Kaspersky Security Center 10
- Verificar, instalar e configurar softwares que estejam de acordo com a política Interna
- Orientar os usuários com relação as políticas de segurança do T.I da Pré-sal Petróleo
- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia bem como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow.
- Suporte e configuração de softwares de uso do governo bem como publicações no diário oficial, SIOP, SIESP, Compras Net e Painel de Preços
- Suporte a softwares para o setor jurídico, Adobe Professional, OCR -Fine Reader ABBYY, WorkShare
- Gerenciar e planejar Back-up dos servidores
- Acompanhamento de funcionários que venham realizar serviços de manutenção ou instalação nas dependências da Pré-sal Petróleo
- Gestão, configuração, suporte e manutenção do Firewall Palo Alto
- Monitorar uso da rede bem como seu consumo, caminho dos dados, identificação de possíveis gaps, sugestões de melhorias
- Monitoramento da Infraestrutura com a ferramenta de monitoração Zabbix
- Monitoramento do Link dedicado para Geologia
- Desenhar, acompanhamento e implementar projetos de infraestrutura relacionados a topologia, novos pontos, instalação e configuração de equipamentos
- Garantir que os equipamentos da rede estão em suas últimas versões de firmware
- Gerenciamento dos no-breaks
- Gerenciamento de equipamentos de Infraestrutura Cisco Layer 2 e 3, Switches, roteadores e access point
- Gerenciamento de equipamentos de segurança CFTV e controle de acesso
- Identificar possíveis problemas de segurança na rede e efetuar sua correção
- Gestão da telefonia fixa VoIP da empresa no que se diz respeito a telefones de mesa; sua configuração, instalação, manutenção e orientação de uso aos funcionários.
- Gestão e configuração, manutenção, ampliação (caso necessário) e suporte da Infraestrutura da telefonia fixa: Call Manager e Voice Mail Cisco.
- Gerenciamento do servidor de impressão
- Apoiar atividades da Pré-sal Petróleo em serviços de FTP externo para o Site da empresa
- Auxiliar no desenvolvimento de documentação técnica da Pré-sal Petróleo
- Criação de manuais de uso, planejamento e treinamento de novas ferramentas para os funcionários da Pré-sal Petróleo.
- Avaliar softwares que venham a ser solicitados para serem implementados em desktops ou servidores da Pré-sal Petróleo
- Gerenciamento, de back-up de máquinas virtuais na solução VMware através da ferramenta Avamar
- Gerenciamento da ferramenta de disaster recovery Recovery Point
- Suporte, gerenciamento, configuração e implantação da nuvem Google (GSuite Business) e suas ferramentas;
- Gerenciamento de nuvem híbrida.
- Criar, configurar e manter back-up das contas de serviços da nuvem da Pré-sal Petróleo, bem como dados e arquivos relacionados a estas contas e softwares que apoiem o seu funcionamento.
- Gestão dos chamados de requisição, incidente e geração de relatório mensal de análise
- Abertura de chamados, acompanhamento e solução dos mesmos para qualquer necessidade relacionadas do setor de TI que Pré-sal petróleo venha precisar com empresas de terceiros que façam prestação de serviço: Link de internet, telefonia fixa e móvel, FTP.
- Gerenciar e garantir que todos os sistemas operacionais da Pré-sal Petróleo estejam com a suas últimas atualizações
- Levantamento de novos serviços, softwares ou equipamentos relacionados ao setor de TI que possam ser implementados na Pré-sal petróleo, no que se diz respeito a especificações técnicas e preços praticados de mercado.

#### Perfil profissional

- Experiência na função especificada de no mínimo 10 anos na prestação de serviços de comprovados em CTPS, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço, e que comprovem também:
    - o Administração de ferramentas de virtualização;
    - o Experiência na utilização de sistemas operacionais Windows e Linux;
    - o Gestão de Servidores Windows e Linux;
    - o Gestão firewalls;
    - o Treinamento ou certificação CCNA;
    - o Gestão de softwares de backups;
    - o Experiência em ferramentas de monitoramento;
    - o Experiência e suporte a PABX, CFTV e controle de acesso;
    - o Administração de Servidores de Antivírus;
    - o Experiência na utilização do aplicativo Microsoft Office 2013/2016/Office 365;
  - Possuir certificação ou treinamento na metodologia ITIL;
  - Ensino Médio completo;
- Nível Superior completo ou cursando na área de informática.

#### PERFIL 2 – ANALISTA DE SUPORTE SÊNIOR

Papel no serviço:

- Suporte presencial e/ou por telefone aos usuários da Pré-sal Petróleo.
- Suporte a microcomputadores e notebooks
- Controle de empréstimos de equipamentos
- Controle do inventário dos equipamentos
- Suporte de Servidores Windows e Linux



- Suporte das máquinas virtuais com o VMware vSphere
- Suporte a de serviços: Active Directory, DNS, WSUS, DHCP, FTP, IIS, Group Policy Management, Event Viewer
- Suporte a do Storage Dell VNX
- Suporte a servidor de antivírus Kaspersky Security Center 10
- Efetuar manutenção preventiva e corretiva nos computadores e equipamentos
- Verificar, instalar e configurar softwares que estejam de acordo com a política interna
- Orientar os usuários com relação as políticas de segurança do T.I da Pré-sal Petróleo
- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia bem como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow.
- Suporte e configuração de softwares de uso do governo bem como publicações no diário oficial, SIOP, SIESP, Compras Net e Painel de Preços
- Suporte a softwares para o setor jurídico, Adobe Professional, OCR -Fine Reader ABBYY, WorkShare
- Efetuar eventualmente crimpagem de cabos de rede
- Preparação de salas para treinamento envolvendo computadores, projetores, sistema de som
- Gerenciar e planejar Back-up dos servidores
- Acompanhamento de funcionários que venham realizar serviços de manutenção ou instalação nas dependências da Pré-sal Petróleo
- Suporte e manutenção do Firewall Palo Alto
- Garantir que os equipamentos da rede estão em suas últimas versões de firmware
- Suporte a equipamentos de infraestrutura Cisco Layer 2, roteadores e access point
- Suporte de equipamentos de segurança CFTV e controle de acesso
- Suporte da telefonia fixa VoIP da empresa no que se diz respeito a telefones de mesa; sua configuração, instalação, manutenção e orientação de uso aos funcionários.
- Configuração, manutenção, ampliação (caso necessário) e suporte da Infraestrutura da telefonia fixa: Call Manager e Voice Mail Cisco.
- Apoiar atividades da Pré-sal Petróleo em serviços de FTP externo para o Site da empresa
- Auxiliar no desenvolvimento de documentação técnica da Pré-sal Petróleo
- Criação de manuais de uso, planejamento e treinamento de novas ferramentas para os funcionários da Pré-sal Petróleo.
- Avaliar softwares que venham a ser solicitados para serem implementados em desktops ou servidores da Pré-sal Petróleo
- Suporte da nuvem Google (GSuite Business) e suas ferramentas;
- Criar, configurar e manter back-up das contas de serviços da nuvem da Pré-sal Petróleo, bem como dados e arquivos relacionados a estas contas e softwares que apoiem o seu funcionamento.
- Abertura de chamados, acompanhamento e solução dos mesmos para qualquer necessidade relacionadas do setor de TI que Pré-sal petróleo venha precisar com empresas do terceiros que façam prestação de serviço: Link do Internet, telefonia fixa e móvel, FTP.
- Gerenciar e garantir que todos os sistemas operacionais da Pré-sal Petróleo estejam com a suas últimas atualizações

#### Perfil Profissional:

- Experiência na função especificada de no mínimo 5 anos na prestação de serviços de TI, comprovados em CTPS, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço, e que comprovem também:
  - o Conhecimento e prática em manutenção de hardware de microcomputadores em nível de configuração, software e aplicativos de automação de escritório;
  - o Experiência na utilização de sistemas operacionais Windows e Linux;
  - o Experiência na utilização do aplicativo Microsoft Office 2013/2016/Office 365;
  - o Possuir certificação ou treinamento na metodologia ITIL;
  - Ensino Médio completo;
  - Nível Superior completo ou cursando na área de Informática."

Não pode ser deixado de se mencionar que pela análise dos recursos combatidos depreende-se que ambas as Impugnadas nitidamente demonstram desconhecer as especificidades, a complexidade e a vultuosidade do serviço que será executado, tanto que o comparam a qualquer atendimento de ferramentas comuns de escritório, reduzindo significativamente o conceito da qualificação técnica necessária para sua execução.

Apenas por argumentar, nessa linha equivocada de raciocínio das Impugnadas, pasme, ambas acabaram apresentando preço inexequível, uma vez que o valor apresentado pelas mesmas jamais seria suficiente para fazer frente a contratação de profissionais (Analista de Infraestrutura Sênior e Analista de Suporte Sênior) em consonância com as exigências previstas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

Levando-se em conta os aspectos em epígrafe a desclassificação das Impugnadas foi correta não merecendo retoque algum.

No mais, consigne-se que ao contrário do que alegam as Impugnadas, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos no DOU de 03/04/18 em atendimento a Lei 13.303/16 a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação dos mencionados artigos 3º e 30. Sendo assim, certo afirmar que ante o juízo de conveniência e oportunidade apresentado no Edital, as exigências ao futuro contratado estão devidamente pautadas na razoabilidade não se configurando em ofensa ao Princípio da Competitividade da participação.

Resumindo no trato da coisa pública a administração deve objetivar não só garantir a segurança jurídica do contrato, como também resguardar-se quanto a aventureiros e/ou licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

A decisão objurgada, data máxima vênia, não está a merecer reforma pelo d. Pregoeiro, visto que a PC SERVICE, empresa respeitada no seguimento de tecnologia da informação, possuindo pesada estrutura administrativa e técnica especializada demonstrou preencher os requisitos necessários para realizar satisfatoriamente as prestações do futuro e eventual do contrato apresentando a proposta mais vantajosa para a Administração.

Definitivamente o culto Pregoeiro acertou em habilitar e declarar vencedora a proposta da PC SERVICE, razão pela qual a indigitada decisão não merece retoque algum e há que ser integralmente mantida.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, os recursos ora combatidos tratam-se de verdadeira AVENTURA JURÍDICA e as Impugnadas na qualidade de licitantes deveriam se preocupar em: 1- não transformar o Instituto Recursal em panacéia para descontentamentos da vida cotidiana, sob pena de esvaziá-lo do seu conteúdo e de sua nobilíssima missão; 2- não tumultuar o certame com recursos cujos argumentos já restaram fartamente demonstrados no decorrer da presente peça e nas fases de esclarecimentos e de impugnação a edital serem descabidos, infundados e inequivocamente desprovidos de razoabilidade.

No contexto do quadro dos autos, fica evidente a construção novelesca e contraditória das descrições da PROATIVA e da CONNECTCOM. Nada mais absurdo.



Assim, demonstrada de forma irrefutável que a PC SERVICE atendeu às exigências editalícias, não merece prosperar a pretensão recursal das Impugnadas.

#### CONCLUSÃO E PEDIDO

Sendo certo que a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos dos Artigos 3º e 41, pr. 4º da Lei 8.666/93 e que a Administração deve selecionar a proposta mais vantajosa e conveniente aos interesses da Administração Pública, obtendo o menor preço dentre aqueles apresentados, requer a PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA. a V.Sª, se digne acolher as razões em epígrafe, para por fim, INDEFERIR os recursos interpostos pelas Empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA. e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., mantendo a decisão que habilitou a PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA., bem como declarou-a vencedora do certame, por se tratar de ato de lícita e impostergável justiça!!!

Termos em que,  
Pede Deferimento.  
Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA.

**Fechar**



## Pregão Eletrônico - PE.PPSA. 108/2018

**Objeto :** Contratação de prestação de serviços de SERVICE DESK.

**Assunto :** Resposta aos recursos impetrados pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

### 1 - Dos fatos :

As recorrentes PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA apresentaram, tempestivamente, em 13 de junho de 2018, recursos administrativos contra a decisão da PPSA que declarou a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA vencedora do certame em epígrafe.

### 2 - Recursos apresentados:

Em síntese, a recorrente PROATIVA alega que discorda da sua desclassificação porque entende que o Edital não poderia exigir qualificação técnica, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, na prestação de serviços de Service Desk; e a recorrente CONNECTCOM alega que o Edital contém exigência ilegal no item que exige qualificação técnica, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, na prestação de serviços de Service Desk.

Ao final, requerem que os seus respectivos Recursos Administrativos sejam julgados procedentes, sendo revista a decisão que habilitou a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, em prestígio aos princípios estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

### 3 - Contrarrazões apresentadas:

A empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA apresentou, também, tempestivamente, informações sobre cada um dos pontos apontados pela recorrente, argumentando ao final que tal recurso não merece ser acolhido pelas alegações ali expostas.

### 4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:

A apresentação dos Recursos e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.

Quanto as alegações apresentadas pelas duas recorrentes, a respeito da exigência editalícia de qualificação técnica, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, o tema foi amplamente abordado durante as fases de esclarecimentos e impugnação do certame ocorridas anteriormente a sessão de abertura do Pregão, conforme detalhado nos anexos a este, listados abaixo :

Anexo 1 : Esclarecimentos – Perguntas 1 até 4, publicado no ComprasNET em 25/05/2018; e

Anexo 2 : Respostas às Impugnações, publicadas no ComprasNET entre os dias 25 e 29/05/2018;



Esta exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow".

Desta forma, os recursos apresentados revelam-se extemporâneos, vez que trata-se de matéria de Impugnação ao Edital, cabendo ainda ressaltar que no momento oportuno, para tratamento deste tema, as mesmas silenciaram-se quanto a tal questão.

No mais, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos no DOU de 03/04/18 em atendimento a Lei 13.303/16 a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação dos mencionados artigos 3º e 30 conforme alegações das recorrentes.

Por todo o exposto, não vislumbramos nos recursos apresentados nenhuma comprovação de desrespeito à legalidade e ao princípio da vinculação ao Edital, uma vez que a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA apresentou documentos que atestam sua habilitação em conformidade com as normas editalícias.

Reiteramos então, que o julgamento foi técnico e objetivo, comprometido com a legalidade e visando sobre tudo ao atendimento do interesse público, com qualidade pela proposta mais vantajosa para a Administração.

#### 5 - Decisão do Pregoeiro:

Após analisar as alegações apresentadas pelas empresas recorrentes, as contrarrazões apresentadas pela empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA., observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e visando selecionar a melhor proposta para a Administração e amparado pela Área Técnica da PPSA, com base no inc. VII do art. 11 do Decreto nº 5.450/2005, o Pregoeiro manifesta-se no sentido de NEGAR PROVIMENTO aos recursos interpostos pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA tendo em vista que, após a análise da totalidade dos documentos apresentados pela empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA., torna-se clara a comprovação da capacidade técnica desta para cumprir o objeto deste Edital.

Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 62, parágrafo 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA, e aos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, para avaliação das alegações apresentadas e decisão dos recursos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018.



Pregoeiro



#### DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Pelas razões expostas pelo Pregoeiro, ouvida a Consultoria Jurídica, e considerando que a proposta declarada vencedora atende as condições do Edital, ratifico a decisão do Pregoeiro e mantenho a sua decisão no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018.



**Leandro Leme Júnior**

Diretor de Administração, Controle e Finanças







**Pregão Eletrônico****Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

Objeto : Contratação de prestação de serviços de SERVICE DESK.

Assunto : Resposta aos recursos Impetrados pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

**1 - Dos fatos :**

As recorrentes PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA apresentaram, tempestivamente, em 13 de junho de 2018, recursos administrativos contra a decisão da PPSA que declarou a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA vencedora do certame em epígrafe.

**2 - Recursos apresentados:**

Em síntese, a recorrente PROATIVA alega que discorda da sua desclassificação porque entende que o Edital não poderia exigir qualificação técnica, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, na prestação de serviços de Service Desk; e a recorrente CONNECTCOM alega que o Edital contém exigência ilegal no item que exige qualificação técnica, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, na prestação de serviços de Service Desk.

Ao final, requerem que os seus respectivos Recursos Administrativos sejam julgados procedentes, sendo revista a decisão que habilitou a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, em prestígio aos princípios estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

**3 - Contrarrazões apresentadas:**

A empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA apresentou, também, tempestivamente, informações sobre cada um dos pontos apontados pela recorrente, argumentando ao final que tal recurso não merece ser acolhido pelas alegações ali expostas.

**4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:**

A apresentação dos Recursos e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.

Quanto as alegações apresentadas pelas duas recorrentes, a respeito da exigência editalícia de qualificação técnica, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, o tema foi amplamente abordado durante as fases de esclarecimentos e impugnação do certame ocorridas anteriormente a sessão de abertura do Pregão, conforme detalhado nos anexos a este, listados abaixo :

Anexo 1 : Esclarecimentos – Perguntas 1 até 4, publicado no ComprasNET em 25/05/2018; e

Anexo 2 : Respostas às Impugnações, publicadas no ComprasNET entre os dias 25 e 29/05/2018;

Esta exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow".

Desta forma, os recursos apresentados revelam-se extemporâneos, vez que trata-se de matéria de Impugnação ao Edital, cabendo ainda ressaltar que no momento oportuno, para tratamento deste tema, as mesmas silenciaram-se quanto a tal questão.

No mais, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos no DOU de 03/04/18 em atendimento a Lei 13.303/16 a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação dos mencionados artigos 3º e 30 conforme alegações das recorrentes.

Por todo o exposto, não vislumbramos nos recursos apresentados nenhuma comprovação de desrespeito à legalidade e ao princípio da vinculação ao Edital, uma vez que a empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA apresentou documentos que atestam sua habilitação em conformidade com as normas editalícias.

Reiteramos então, que o julgamento foi técnico e objetivo, comprometido com a legalidade e visando sobre tudo ao atendimento do interesse público, com qualidade pela proposta mais vantajosa para a Administração.

**5 - Decisão do Pregoeiro:**

Após analisar as alegações apresentadas pelas empresas recorrentes, as contrarrazões apresentadas pela empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA., observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e visando selecionar a melhor proposta para a Administração o amparado pela Área Técnica da PPSA, com base no inc. VII do art. 11 do Decreto nº 5.450/2005, o Pregoeiro manifesta-se no sentido do NEGAR PROVIMENTO aos recursos Interpostos pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA tendo em vista que, após a análise da totalidade dos documentos apresentados pela empresa PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA., torna-se clara a comprovação da capacidade técnica desta para cumprir o objeto deste Edital.

Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 62, parágrafo 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA, e aos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, para avaliação das alegações apresentadas e decisão dos recursos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018

**Fechar**

445  
M







**➤ Pregão Eletrônico**

---

**\* Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões**

---

**DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

Pelas razões expostas pelo Pregoeiro, ouvida a Consultoria Jurídica, e considerando que a proposta declarada vencedora atende as condições do Edital, ratifico a decisão do Pregoeiro e mantenho a sua decisão no sentido de negar provimento aos recursos interpostos pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.

**Fechár**







**Pregão Eletrônico**

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gas Natural S.A - Pré Sal  
Petróleo S.A. - PPSA

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Nº 00108/2018

Às 10:04 horas do dia 21 de junho de 2018, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JORGE DA SILVA HENZE, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº PE.PPSA.108/2018, Pregão nº 00108/2018.

**Resultado da Homologação****Item: 1****Descrição:** Informática - Suporte Técnico ( Software / Equipamentos )**Descrição Complementar:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central de PPSA, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro RJ.**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 1**Unidade de fornecimento:** un**Aplicabilidade Decreto 7174:** Sim**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Valor estimado:** R\$ 0,0100**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 1.475.000,0000 .**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	21/06/2018 10:01:44	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 30.161.814/0001-79, Melhor lance: R\$ 1.475.000,0000
Homologado	21/06/2018 10:04:00	JORGE DA SILVA HENZE	

**Fim do documento**447  
M





## » Pregão Eletrônico



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gas Natural S.A. - Pré Sal  
Petróleo S.A. - PPSA

**Termo de Julgamento de Recursos do Pregão Eletrônico**

Nº 00108/2018

Às 10:01 horas do dia 21 de junho de 2018, após analisados e decididos os recursos do Pregão nº 00108/2018, referente ao Processo nº PE.PPSA.108/2018, a autoridade competente, Sr(a) JORGE DA SILVA HENZE, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos Itens, conforme indicado no quadro Resultado de Julgamento.

**\*\*OBS:** Itens sem recurso serão adjudicados pelo Pregoeiro e constarão do termo de adjudicação.

**Resultado do Julgamento de Recursos****Item: 1**

**Descrição:** Informática - Suporte Técnico ( Software / Equipamentos )

**Descrição Complementar:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro RJ.

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Sim

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 1

**Unidade de fornecimento:** un

**Valor estimado:** R\$ 0,0100

**Situação:** Adjudicado com decisão

**Adjudicado para:** PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 1.475.000,0000 .

**Visualizar Recurso do Item****Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Adjudicado	21/06/2018 10:01:44	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 30.161.814/0001-79, Melhor lance: R\$ 1.475.000,0000

**Fim do documento**





Correspondência Interna DAF nº 57/2018

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018

**Para: Olavo Bentes David**

Consultor Jurídico

**De: Jorge da Silva Henze**

Gerente de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

**Assunto: Pregão Eletrônico PE.PPSA.108/2018 – Contratação de Prestação de Serviços de Service Desk para o escritório central da PPSA.**

Após a realização da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº PE.PPSA.108/2018, que obteve o Parecer nº 31/2018/CJ-PPSA, estamos reencaminhando o processo, para análise e parecer da Consultoria Jurídica ao processo licitatório, visando a aprovação da correspondente contratação.

Em adendo, informamos que foi registrada intenção de recurso pelas empresas PROATIVA SISTEMAS E SOLUÇÕES EM TI LTDA e CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Por fim, colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de dúvidas porventura existentes.

Atenciosamente,



**Jorge da Silva Henze**

Gerente de Recursos Humanos e Suporte Corporativo





Rio de Janeiro, 22 de junho de 2018

**PARECER Nº 050/2018/CJ-PPSA**

Processo nº: PE.PPSA.108/2018

1. Cuida-se de consulta proveniente da Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo ("GRH") sobre finalização do processo de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico (PE.PPSA.108/2018) do tipo menor preço global, o qual visa à contratação de serviços de *Service Desk* para o escritório central da PPSA.
2. O processo administrativo PE.PPSA.108/2018 foi enviado a esta Consultoria Jurídica ("CJ") com 448 folhas numeradas e rubricadas, através de correspondência interna da DAF de nº 057/2018.
3. Verificou-se pela documentação acostada e pelas explicações prestadas pela GRH, que apesar de terem sido interpostos recursos, o processo licitatório realizado através do sistema Comprasnet transcorreu sem intercorrências relevantes para a conclusão regular do procedimento.
4. No que tange a minuta final do contrato verificou-se, que esta manteve o padrão anteriormente analisado, não sofrendo modificações de conteúdo. Mantêm-se assim, em relação ao contrato, os termos já exarados no Parecer nº 31/2018/CJ-PPSA.
5. É o parecer. Devolva-se à consulente, GRH.



**Maria Amélia Braga**  
Consultora Jurídica  
(em exercício)  
Pré-Sal Petróleo S.A.

